

★ RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS ★

CADERNO DO ESTUDANTE

HISTÓRIA

3º SÉRIE
DO ENSINO MÉDIO

VOL. 1



SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO



GOVERNO DO
PARÁ

★ RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS ★

CADERNO DO ESTUDANTE

HISTÓRIA

3º SÉRIE
DO ENSINO MÉDIO

VOL. 1



SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO



GOVERNO DO
PARÁ

Organização

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

HELDER ZAHLUTH BARBALHO
GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ

HANA GHASSAN TUMA
VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DO PARÁ

RICARDO NASSER SEFER
SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SEDUC

JÚLIO CÉSAR MEIRELES DE FREITAS
SECRETÁRIO ADJUNTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SAEB

RAIMUNDO CORREA DE OLIVEIRA
DIRETOR DE FORMAÇÃO - DIFOR

DIONÍSIO JOSÉ DA COSTA SÁ
COORDENADOR DE FORMAÇÃO DOS
PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

LILIAN CELINA GUEDES DE ASCUI
COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO

ARTUR ALVES PINHEIRO
DESIGNER

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Júlio César Meireles de Freitas
Coordenador Geral

Raimundo Correa de Oliveira
Coordenador de Produção

Dionísio José da Costa Sá
Coordenador de Elaboração

Silvaney Fonseca Ferreira Seabra
Coordenadora de Revisão

Cláudia Regina Bezerra Ferreira
Coordenadora de Apoio Institucional

Elaboradores

Edilson Mateus Costa da Silva
Professor Formador da DIFOR

Liliane do Socorro Cavalcante Goudinho
Professor Formador da DER Belém 02

Rui Jorge Moraes Martins Júnior
Professor Formador da DRE Ananindeua 04

Sumário

Semana 1: Fontes Históricas	08
Resumo Teórico	08
Aprofundamento das aprendizagens	09
Semana 2: Crítica ao Eurocentrismo	13
Resumo Teórico	13
Questões/itens	14
Semana 3: A Modernidade como Projeto Histórico-Conceitual I	19
Resumo Teórico	19
Aprofundamento das aprendizagens	20
Semana 4: A Modernidade como Projeto Histórico-Conceitual II	24
Resumo Teórico	24
Aprofundamento das aprendizagens	25
Semana 5: Concepções históricas, culturais e políticas	30
Resumo Teórico	30
Aprofundamento das aprendizagens	31
Semana 6: Os impactos das Grandes Navegações	34
Resumo Teórico	34
Aprofundamento das aprendizagens	35
Semana 7: Imperialismo do século XIX	39
Resumo Teórico	39
Aprofundamento das aprendizagens	40
Semana 8: Amazônia: populações, mercadorias, capitais e deslocamentos	45
Resumo Teórico	45
Aprofundamento das aprendizagens	46
Referências	52

Apresentação

Seja bem-vindo ao **Caderno 1 de História**. Este material foi preparado com muito cuidado pela equipe de professores da Secretaria de Educação do Estado do Pará, reunida para acompanhar você nesta etapa decisiva do Ensino Médio.

Aqui, não vamos somente decorar datas ou nomes de heróis. O objetivo deste volume é convidar você a pensar como um historiador, questionando “verdades” erroneamente estabelecidas e compreendendo como o passado influencia o nosso presente.

O que você vai encontrar neste caderno?

Preparamos uma jornada de 8 semanas que vai do conceito de História até a nossa realidade amazônica: nas primeiras semanas, vamos entender como a História é construída. Você perceberá que nenhum documento é neutro, assim como a memória e as fontes orais são tão importantes quanto os papéis oficiais; vamos criticar a visão de que a Europa é o centro do mundo (eurocentrismo) e entender como vemos a “Pré-História” e os povos não europeus; estudaremos como o mundo moderno foi montado, discutindo conceitos de “civilização vs. barbárie”, o projeto de urbanização e as revoluções que prometeram (mas nem sempre entregaram) cidadania e direitos para todos; analisaremos a escravidão transatlântica e do imperialismo, entendendo como o capitalismo se alimentou da exploração humana e como o racismo foi usado como ferramenta de poder; por fim, na semana 8, traremos o foco para a nossa região. Vamos estudar a Amazônia não como um “vazio”, mas como um espaço de agência indígena, de disputas econômicas e de uma *Belle Époque* que precisa ser olhada para além da fachada de luxo.

Como usar este material?

Cada semana conta com um **Resumo Teórico**, que sintetiza os conceitos-chave, seguido de **Questões/Itens** no estilo do ENEM e vestibulares. Use os resumos para revisar a matéria e as questões para testar seu conhecimento e capacidade de interpretação.

Lembre-se: a História é uma construção contínua e, agora, você é parte ativa desse movimento.

Bons estudos!



RESUMO TEÓRICO

A História não é simplesmente o registro do passado; ela é uma construção intelectual que se transforma continuamente. O passado em si é imutável, os eventos ocorreram e não podem ser alterados, mas o conhecimento histórico sobre esses eventos está sempre em movimento. Cada geração de historiadores lança um novo olhar sobre o passado, formulando perguntas diferentes, utilizando métodos inovadores e descobrindo novas fontes. Marc Bloch, um dos grandes historiadores do século XX, ressalta que a História não é uma “ciência de museu”, cujo papel se limita a catalogar documentos e preservá-los. Pelo contrário, a História é dinâmica: sua função central é interpretar, reconstituir e compreender os acontecimentos em contextos específicos, reconhecendo que a leitura do passado depende do presente em que se encontra o historiador. Esse caráter dinâmico da História implica que nenhum documento histórico é definitivo por si só. O historiador não atua como uma máquina que apenas lê fatos imutáveis; ele deve analisar criticamente cada fonte, considerando o contexto social, político e cultural em que foi produzida, bem como os possíveis silenciamentos e interesses que moldaram seu conteúdo. Jacques Le Goff utiliza a expressão “documento-monumento” para ilustrar essa ideia: cada registro histórico, seja um texto, uma pintura, um mapa ou um registro oficial, é uma construção social e simbólica, resultado de escolhas conscientes ou inconscientes da sociedade que o produziu. Os documentos revelam tanto o que uma comunidade desejava registrar e transmitir quanto aquilo que deliberadamente silenciou ou omitiu. Por isso, compreender a História exige uma leitura crítica que vá além da superfície,

identificando o poder, as relações sociais e as representações de si mesmas que diferentes sociedades desejavam perpetuar.

O estudo das fontes históricas também avançou ao longo do tempo. Tradicionalmente, a historiografia valorizava sobretudo as fontes escritas, como registros oficiais, cartas, diários e jornais. No entanto, no século XX, correntes historiográficas como a Escola dos Annales e a chamada “Nova História” ampliaram significativamente esse conceito, incluindo fontes imateriais ou orais: memórias, relatos de vida, gestos, tradições e práticas culturais. Alessandro Portelli destaca que as fontes orais não são “encontradas” prontas; elas são criadas tanto pelo historiador, quanto pelo narrador. Esse processo permite acessar não somente o que as pessoas fizeram, mas também como interpretam suas ações, o que desejavam realizar e como lembram desses eventos, oferecendo uma perspectiva singular sobre o cotidiano, a mentalidade e a experiência de diferentes grupos sociais. Essa ampliação do conceito de fontes está diretamente ligada à compreensão da História como um saber situado, isto é, condicionado pelo contexto histórico, social e institucional em que é produzido.

O historiador não aborda um ponto neutro, capaz de observar o passado “de fora”; ele está inserido em seu próprio tempo, com suas questões, interesses e valores. Essa consciência leva à valorização da pluralidade de vozes e experiências, incluindo aquelas que foram historicamente silenciadas, como as de trabalhadores, mulheres, populações colonizadas e minorias culturais. Ao mesmo tempo, permite entender que a História não se limita a fatos e datas, mas também envolve interpretações, significados e subjetividades, refletindo a complexidade das sociedades humanas.

Em suma, a prática historiográfica contemporânea combina crítica das fontes, sensibilidade para as perspectivas múltiplas e atenção aos silenciamentos, reconhecendo que a compreensão do passado depende das perguntas feitas pelo presente. O conhecimento histórico é, portanto, uma construção contínua, marcada pela interação entre documentos, memórias e contextos, que exige do historiador rigor analítico, sensibilidade interpretativa e consciência das relações de poder presentes em cada narrativa histórica.



Aprofundamento das Aprendizagens

Q.1

“O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa. Para quem duvidasse, bastaria lembrar o que, há pouco mais de um século, aconteceu sob nossos olhos. Imensos contingentes da humanidade saíram das brumas. O Egito e a Caldéia sacudiram suas mortalhas. As cidades da Ásia central revelaram suas línguas, que ninguém mais sabia falar, e suas religiões, há muito extintas”.

(BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício de historiador. Jorge Zahar, Editor Rio de Janeiro, 2002. p. 75).

Qual princípio fundamental da prática historiográfica é enfatizado no excerto acima?

A

A função da história de catalogar e preservar as peças documentais, sem se envolver com a reinterpretação dos eventos históricos ao longo do tempo.

B

O caráter estático e definitivo do conhecimento do passado, que se fixa no momento em que os documentos originais são descobertos e publicados.

C

A primazia das fontes escritas originais, consideradas a única base segura para a objetividade total do conhecimento histórico, independentemente do contexto.

D

A natureza dinâmica e reconstrutiva da História, na qual novas perguntas, fontes e métodos constantemente reconfiguram a compreensão do que já passou.

E

A impossibilidade de se alcançar qualquer conhecimento factual sobre eventos pretéritos devido à subjetividade inevitável do historiador e à ausência de fontes.

Q.2

“É certo que precisou haver um longo e complexo desenvolvimento historiográfico até que se chegasse ao momento em que, para além dos documentos e fontes concretizadas em papel ou qualquer outro material, fossem também admitidas as “fontes imateriais” como campos de evidências das quais poderia o historiador se valer. De todo modo, pode-se dizer que, na atualidade, não há praticamente limites para um historiador quanto às suas possibilidades de transformar qualquer coisa em fonte histórica. Um repertório de gestos, por exemplo, pode ser revelador de permanências do passado”.

(BARROS, J. D. *Fontes históricas: uma introdução aos seus usos historiográficos*. In: *Encontro Regional de História ANPUH-RJ – História e Parcerias, 2019, Rio de Janeiro*)

A superação das “fontes concretizadas em papel” e a valorização das “fontes imateriais” na historiografia contemporânea, conforme indicado no texto, estão diretamente associadas ao movimento de renovação metodológica que buscou:

- A Retornar ao modelo positivista do século XIX, que defendia o documento escrito como a única prova irrefutável da existência do passado.
- B Adotar uma perspectiva econômica e política restrita, desconsiderando as experiências subjetivas e as práticas culturais da vida cotidiana.
- C Consolidar a História como uma ciência exata e inquestionável, eliminando a subjetividade do historiador na interpretação dos vestígios.

D

Engajar-se em uma abordagem cultural, interdisciplinar e social, que permite o estudo das classes subalternas e dos temas antes invisibilizados, como a mentalidade e as emoções.

E

Ignorar a História Oral, uma vez que a memória e os relatos pessoais são considerados subjetivos e não podem ser transformados em “evidências”.

Q.3

“O historiador não pode escamotear o lugar histórico e social de onde fala, e o lugar institucional onde o saber histórico se produz. Por isso, a História como metanarrativa, está em crise”.

(ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*, Bauru, SP: Udusc, 2007, p. 61).

Essa perspectiva está associada, no debate historiográfico contemporâneo, à

A

defesa da História como ciência exata, capaz de produzir verdades universais e atemporais.

B

valorização das metanarrativas como forma de garantir unidade e coerência à explicação histórica.

C

compreensão da História como um saber situado, condicionado por contextos e disputas sociais.

D

negação da possibilidade de produção de conhecimento histórico rigoroso e científico.

E

substituição da análise histórica pela memória individual como principal forma de interpretação do passado.

Q.4

A metanarrativa se faz a partir de um sujeito de discurso que, a pretexto de falar do lugar da ciência, sobrevoaria a História e poderia falar de fora dela, ter uma visão global, de conjunto e não comprometida com os embates do momento.”

(ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*, Bauri, SP: Uducs, 2007, p. 61).

Ao afirmar que a História como metanarrativa está em crise, o autor critica a ideia de um sujeito do discurso capaz de “sobrevoar” a História e falar de fora dela. Essa crítica está relacionada, no contexto das transformações do pensamento histórico, à

A

consolidação do positivismo histórico, que busca leis gerais para explicar o passado.

B

ampliação das abordagens pluralistas, que reconhecem múltiplas interpretações do processo histórico.

C

retomada da história factual, centrada nos grandes acontecimentos e personagens.

D

defesa de uma narrativa única como forma de evitar o relativismo histórico.

E

rejeição completa da noção de ciência aplicada ao estudo da História.

Q.5

“Ao contrário da maioria dos documentos históricos, as fontes orais não são encontradas, mas cocriadas pelo historiador. Elas não estão lá, esperando no arquivo ou na gaveta; é preciso que o pesquisador vá até elas, e que o narrador concorde em falar”.

(PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte de escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 10 e 21.)

A esse respeito, assinale a alternativa correta sobre a especificidade das fontes orais:

A

As fontes orais são caracterizadas pela sua “cocriação”, resultando da interação entre o pesquisador e o entrevistado, o que permite acessar a subjetividade, os desejos e as interpretações dos habitantes sobre as mudanças em seus bairros ou comunidades.

B

A principal função da fonte oral é confirmar a veracidade dos documentos escritos, servindo como uma prova judiciária para corrigir erros de datas e nomes nos registros oficiais de urbanização.

C

Por dependerem da memória, as fontes orais são consideradas cientificamente inválidas para o estudo de fluxos populacionais, devendo ser utilizadas apenas como ilustração literária em trabalhos acadêmicos.

D

As fontes orais, diferentemente das escritas, são imunes às influências do presente, pois a memória do entrevistado preserva o passado intacto, sem alterações decorrentes do momento da entrevista.

TEXTO CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA ►

E

A “cocriação” mencionada pelo autor refere-se ao fato de o historiador inventar as falas do entrevistado para preencher lacunas na documentação escrita sobre a industrialização das cidades.

Q.6

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.

(LE GOFF, Jacques. História e Memória. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 538).

O historiador deve considerar a advertência de Jacques Le Goff sobre a natureza “monumental” do documento. Devemos, portanto, considerar que

A

Os documentos escritos oficiais são fontes objetivas e neutras, pois registram os fatos exatamente como ocorreram, permitindo uma reconstrução fiel e imparcial do passado urbano.

B

A análise histórica deve tratar o documento escrito apenas como um repositório de dados estatísticos, ignorando as intenções políticas de quem o produziu, pois estas não afetam a veracidade das informações.

C

O documento escrito deve ser compreendido como um produto das relações de poder de sua época, revelando não apenas fatos, mas também a autoimagem que as elites ou grupos dominantes desejavam perpetuar sobre a organização da cidade.

D

As fontes escritas são inferiores às fontes orais no estudo da urbanização, pois apenas a memória oral é capaz de revelar a verdade histórica sem manipulações ou esquecimentos.

E

O conceito de “documento-monumento” sugere que os historiadores devem descartar documentos que apresentam viés ideológico, utilizando apenas aqueles comprovadamente isentos de intencionalidade política.



RESUMO TEÓRICO

A historiografia tradicional utilizou, por muito tempo, a escrita como critério central para definir o que é História, criando uma divisão entre “História” e “Pré-História”. Segundo Robert J. Braidwood, a pré-história refere-se ao período anterior ao desenvolvimento da escrita, que surgiu há cerca de cinco mil anos, provavelmente no Crescente Fértil. No entanto, essa visão apresenta problemas significativos: a escrita não surgiu simultaneamente em todas as regiões do mundo, e considerar apenas sociedades letradas como históricas reproduz um etnocentrismo europeu. O termo “Pré-História” foi formulado no século XIX, época marcada pelo Positivismo e pelo pensamento evolucionista europeu, que entendia a História como um progresso linear centrado na experiência europeia. A crítica contemporânea a esse conceito busca desconstruir a matriz eurocêntrica que hierarquiza culturas e valoriza apenas sociedades com escrita. Ao ampliar o conceito de fonte histórica, incluindo vestígios arqueológicos, tradições orais, paisagens transformadas e objetos materiais, é possível analisar as complexas relações de produção, poder e reprodução da vida em sociedades ágrafas, como as populações indígenas brasileiras antes de 1500. Essas sociedades construíram estradas, desenvolveram a agricultura, domesticaram plantas e transformaram profundamente o espaço geográfico, evidenciando que História não se faz apenas com documentos escritos, mas com todos os vestígios que registram a ação humana no tempo.

A periodização clássica da História, dividida em Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, também é alvo de críticas eurocêntricas. Ao tomar eventos europeus, como a Revolução Industrial ou as Revoluções Burguesas, como marcos universais, esta periodização desconsidera trajetórias autônomas de outros continentes e legítima

uma visão de mundo que vê o Ocidente como motor do progresso. A perspectiva decolonial propõe desnaturalizar conceitos como “atraso” ou “subdesenvolvimento”, analisando os processos de urbanização, industrialização e transformação espacial nas regiões periféricas como resultados específicos das relações de poder e das dinâmicas locais, e não como cópias incompletas do modelo europeu. O conceito de raça, como analisado por Aníbal Quijano, ilustra como o eurocentrismo estruturou a sociedade colonial. Na América Latina, a construção de identidades como “índio”, “negro” e “mestiço” esteve vinculada à organização do trabalho e à hierarquização social. O trabalho forçado ou servil foi direcionado prioritariamente às populações racializadas como não brancas, enquanto populações brancas ocupavam funções assalariadas ou de controle. Essa divisão racial moldou o espaço rural e urbano, criando desigualdades estruturais que persistem até hoje.

Edward Said, em sua obra *Orientalismo*, destaca que o eurocentrismo também opera no campo do imaginário cultural. A divisão entre Ocidente e Oriente não é apenas geográfica, mas discursiva: o Oriente é construído como exótico, atrasado e passivo, enquanto o Ocidente se apresenta como racional e desenvolvido. Essa visão legitima a intervenção e o controle europeu sobre outras regiões, mostrando que a produção do espaço e da História está ligada a relações de poder e dominação. Autores como Lucien Febvre e Pedro Paulo Funari reforçam que a História deve ser entendida como a ciência dos homens no tempo, não restrita à escrita. O estudo da cultura material, das tradições orais, das transformações do espaço e das práticas sociais permite compreender sociedades ágrafas em sua complexidade, reconhecendo suas formas de produção, organização social e relações de poder. Valorizar apenas a escrita como critério histórico serviu aos interesses coloniais,

legitimando a expropriação de territórios e a imposição de modelos europeus de civilização.

Em resumo, a crítica ao eurocentrismo e à periodização tradicional amplia a compreensão da História e das transformações sociais e espaciais. Permite estudar os processos de produção, poder e reprodução da vida de sociedades com ou sem escrita, reconhecendo trajetórias diversas e questionando narrativas que naturalizam a superioridade do Ocidente. Essa abordagem fortalece uma perspectiva decolonial, mais inclusiva, plural e capaz de analisar as relações históricas de forma crítica e contextualizada.



Aprofundamento das Aprendizagens

Q.1

“Segundo Robert J. Braidwood (1974), a pré-história significa o tempo antes de a História começar a ser escrita. Ou seja, mais de 99% da trajetória humana se encontra na pré-história. Certamente, o homem enquanto ser pensante, caminha pela terra há pelo menos dois milhões de anos, porém só veio a desenvolver a escrita há cerca de cinco mil anos, provavelmente no crescente fértil. Entretanto, essa ideia é bastante criticada por ter dois grandes problemas; a saber, a escrita não surgiu em todos os lugares ao mesmo tempo e, em seguida o etnocentrismo resultante do ato de considerar apenas a escrita como fator cultural determinante para decidir, de forma arbitrária, quem se situa na história ou quem está à margem dela”.

(OLIVEIRA, Matusalém Alves; SALES, Matheus Gleydson do Nascimento (orgs.). Diálogos sobre pré-história: mente, cultura e sociedade. Campina Grande: Editora Antropus, 2022, p.27)

A principal implicação dessa desconstrução para o estudo das transformações sociais e espaciais reside na

A

Priorização exclusiva das fontes materiais (arqueológicas) sobre as fontes orais, garantindo maior objetividade aos estudos pré-escritos.

B

Necessidade de adotar a periodização definida pelas mitologias de cada sociedade, abandonando o estudo dos vestígios materiais.

C

Desvalorização do conhecimento produzido por culturas que não alcançaram a escrita, mantendo o foco analítico nas grandes civilizações.

D

Ampliação do conceito de fonte histórica para além do registro escrito, permitindo a análise das complexas relações de produção, poder e reprodução da vida de sociedades ágrafas.

E

Restrição do campo da História ao estudo do Estado-Nação moderno, delegando a análise das sociedades antigas exclusivamente à Antropologia.

Q.2

Ao tomar eventos europeus (como as Revoluções Burguesas ou a Revolução Industrial) como marcos universais, essa periodização não só silencia as trajetórias autônomas de outros continentes (África, Ásia e Américas), mas também legitima uma visão de mundo que percebe o Ocidente como o motor e a vanguarda do “progresso”. O principal desafio analítico imposto pela crítica ao eurocentrismo na periodização clássica da História, no contexto das Ciências Humanas, é a necessidade de:

A

Adotar modelos temporais circulares ou míticos para todas as sociedades, invalidando as estruturas de causalidade e mudança social de longa duração.

B

Ignorar os processos de industrialização e urbanização ocorridos na Europa, concentrando a análise exclusivamente nas civilizações pré-coloniais africanas e americanas.

C

Construir uma abordagem decolonial capaz de desnaturalizar os conceitos de “atraso” ou “subdesenvolvimento”, reconhecendo que as transformações espaciais e produtivas das regiões periféricas não são meras cópias falhas do modelo ocidental.

D

Retornar ao determinismo geográfico para explicar as diferenças de desenvolvimento entre os continentes, eliminando a influência das relações de poder e do Capitalismo.

E

Limitar a análise dos fluxos populacionais apenas às migrações intra-europeias, pois apenas essas são enquadráveis nos marcos temporais da Idade Moderna e Contemporânea.

Q.3

“A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados. [...] A formação de relações sociais fundadas nessa ideia produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. [...] A raça e a divisão do trabalho ficaram estruturalmente associadas e reforçaram-se mutuamente. [...] Desse modo, impôs-se uma classificação social básica e universal da população do planeta.”

(QUIJANO, Anibal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-118).

O conceito de raça influenciou a organização do trabalho e do espaço na América Latina porque:

TEXTO CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA ►

A

A ideia de raça foi utilizada apenas no período inicial da colonização como uma distinção biológica temporária, desaparecendo completamente com a implantação das leis trabalhistas industriais no século XX.

B

O conceito de raça serviu apenas para classificar a população culturalmente, sem ter qualquer impacto real sobre a economia, a distribuição de terras ou a hierarquia das profissões nas cidades e no campo.

C

A classificação racial funcionou como um critério fundamental para a distribuição do trabalho, destinando formas de exploração não assalariadas (como escravidão e servidão) prioritariamente às populações “não brancas” (índios e negros), o que estruturou desigualdades espaciais que persistem até hoje.

D

O eurocentrismo promoveu a igualdade racial ao introduzir o capitalismo na América, pois o sistema de mercado valoriza a competência individual acima da cor da pele ou da origem étnica dos trabalhadores.

E

As identidades de “índio” e “negro” já existiam na Europa antes de 1492 e foram apenas transpostas para a América para facilitar a organização burocrática das novas cidades, sem relação com relações de poder ou dominação.

Q.4

“O Oriente não é apenas adjacente à Europa; é também o lugar das maiores, mais ricas e mais antigas colônias europeias, a fonte de suas civilizações e línguas, seu rival cultural e uma de suas imagens mais profundas e recorrentes do Outro. [...] O Orientalismo não é uma fantasia europeia ociosa a respeito do Oriente, mas um corpo criado de teoria e prática em que, por muitas gerações, houve um investimento considerável. [...] O Orientalismo é um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente.”

(SAID, Edward W. Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 27-29.)

Com base nas colocações acima sobre a noção de Orientalismo, podemos afirmar que:

A

A divisão entre Oriente e Ocidente baseia-se exclusivamente em critérios geográficos e cartográficos neutros, estabelecidos pelos gregos antigos, sem relação com os processos de colonização moderna ou fluxos de dominação.

B

O eurocentrismo, segundo o texto, opera através da criação de uma “geografia imaginária” que hierarquiza o espaço: o Ocidente é representado como racional e desenvolvido, legitimando sua intervenção e controle sobre um Oriente visto como exótico, atrasado e passivo.

C

O autor defende que o Oriente sempre dominou o Ocidente culturalmente, o que justifica a necessidade histórica das potências europeias de se protegerem através de barreiras militares e ideológicas.

D

A crítica ao eurocentrismo de Said sugere que não existem diferenças culturais reais entre os povos, sendo todas as fronteiras nacionais e identidades apenas ficções literárias sem impacto na economia ou na política.

E

O texto afirma que o Orientalismo foi um movimento artístico do século XIX que valorizava a cultura árabe de forma igualitária, promovendo um intercâmbio tecnológico justo entre as metrópoles europeias e suas colônias.

Q.5

“A história não é apenas a ciência do passado, é a ciência dos homens no tempo. [...] Durante muito tempo, acreditou-se que a história só se fazia com documentos escritos. Era a história positivista, a história-batalha, a história dos grandes homens. [...] Mas a história se faz com tudo. Com palavras, com sinais, com paisagens e com telhas. Com as formas do campo e as ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos bois. Com o exame das pedras pelos geólogos e a análise dos metais pelos químicos.”

(FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 3. ed. Lisboa: Presença, 1989, p. 29. Adaptado).

Considerando a crítica de Lucien Febvre, assinale a alternativa que aponta corretamente as implicações de se considerar a escrita como definidora da História:

A

A definição da História baseada exclusivamente na escrita é inclusiva e democrática, pois, permite que qualquer sociedade seja estudada com o mesmo rigor científico das nações europeias.

B

Ao limitar a História aos documentos escritos, a historiografia tradicional legitimou uma relação de poder eurocêntrica, classificando povos indígenas e africanos de tradição oral como “pré-históricos” ou “atrasados”, desconsiderando suas complexas relações sociais e formas de ocupação do espaço.

C

A escrita é a única forma segura de registro do passado, portanto, o texto de Lucien Febvre está incorreto ao sugerir que paisagens ou objetos (cultura material) possam servir para analisar as transformações dos espaços urbanos e rurais.

D

A ausência de escrita em uma sociedade impede a formação de relações de poder, de produção ou de hierarquias sociais, o que justifica o termo “Pré-História” para designar um período de total igualdade e simplicidade.

E

A crítica de Febvre sugere que os historiadores devem abandonar os arquivos escritos e focar exclusivamente na arqueologia, pois os documentos oficiais são sempre falsificações criadas pelo Estado.

Q.6

“A distinção entre história e pré-história baseia-se no surgimento da escrita. [...] Essa visão tradicional acaba por desprezar a complexidade das sociedades ágrafas, como as populações indígenas brasileiras antes de 1500. Elas não deixaram documentos escritos, mas transformaram profundamente a natureza, domesticaram plantas, construíram estradas e geriram o espaço. Chamar esse período de ‘Pré-História’ do Brasil é uma forma de dizer que a verdadeira história – e, portanto, o direito à posse legítima do território – só começou com a chegada do colonizador europeu e sua escrita burocrática.”

(FUNARI, Pedro Paulo. Brasil: pré-história e história. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2021, p. 12-14. Adaptado).

Assinale a alternativa que explica como a valorização excessiva da escrita serviu aos interesses coloniais:

A

A ausência de escrita impediu que os indígenas desenvolvessem qualquer noção de território ou propriedade, o que tornou a ocupação portuguesa um processo pacífico e sem conflitos fundiários.

B

A definição de História baseada na escrita funcionou como uma ferramenta ideológica de poder, deslegitimando a ocupação espacial milenar dos indígenas e justificando a tomada de suas terras como se fossem espaços “vazios” de civilização.

C

O texto defende que a escrita é a única forma capaz de comprovar a existência de estradas e agricultura, portanto, as transformações espaciais feitas pelos indígenas não podem ser consideradas históricas.

D

A crítica de Funari visa demonstrar que as sociedades ágrafas eram superiores às letradas, pois viviam em total harmonia com a natureza sem realizar nenhuma transformação na paisagem ou no espaço geográfico.

E

O conceito de Pré-História foi criado pelos próprios indígenas para diferenciar o tempo mítico de seus ancestrais do tempo histórico introduzido pelos europeus com as capitânicas hereditárias.



RESUMO TEÓRICO

A distinção entre “civilizado” e “bárbaro” é histórica e política, não natural. Desde a Antiguidade, os romanos utilizavam o termo bárbaro para designar povos que viviam fora do Império, não falavam latim ou grego e não compartilhavam suas leis, costumes e organização política. Essa categorização funcionava como instrumento de poder, justificando a conquista, a expansão territorial e a exploração econômica. Ao rotular os povos externos como inferiores, Roma legitimava a imposição de sua ordem e de sua cultura sobre outros territórios. Na Idade Moderna, o conceito de civilização migrou do âmbito religioso para o científico e racional, com o Iluminismo. A civilização passou a ser associada ao progresso técnico, ao domínio da ciência, à formação do Estado-Nação e a valores morais específicos, enquanto os povos não europeus eram considerados primitivos ou “bárbaros”. Essa distinção serviu como justificativa ideológica para a colonização e a escravidão, sustentando a ideia de superioridade moral e técnica do Ocidente. Segundo Wolff, a barbárie se define como a negação da humanidade de outra cultura; ou seja, bárbaro não é apenas quem possui costumes diferentes, mas quem não reconhece ou admite outras formas de existência humana.

A modernidade introduziu novas matrizes de pensamento hegemônico, como o Iluminismo e o racionalismo científico, que impuseram uma relação linear e progressiva com o tempo e consideraram o conhecimento como universal e racional, subordinando tradições locais, saberes orais e práticas culturais diferentes ao paradigma científico. A natureza e os espaços geográficos passaram a ser tratados como recursos exploráveis, justificando o desenvolvimento industrial e a acumulação de capital. Adorno e Horkheimer criticam o Iluminismo ao mostrar que a razão instrumental desencantou o mundo: o conhecimento científico passou a ser

usado não para compreender a natureza ou melhorar a vida humana de forma equitativa, mas para dominar a natureza e explorar o trabalho humano.

No século XIX, a urbanização acelerada e o crescimento industrial exigiram novas formas de organização do espaço. Inspiradas pelo racionalismo iluminista e pelo saber médico-higienista, as reformas urbanas buscavam combater doenças por meio de saneamento, ventilação e ampliação de ruas, controlar fluxos populacionais, garantindo a saúde dos trabalhadores, e vigiar e disciplinar a população, especialmente nas áreas mais pobres, tornando o espaço transparente e legível para o poder, como descrito por Foucault. A cidade moderna passou a ser planejada de forma funcional, priorizando circulação, higiene e visibilidade, refletindo a lógica da modernidade: o espaço urbano como instrumento de controle e produtividade.

O projeto moderno de civilização foi essencialmente eurocêntrico. A Europa definiu seus próprios valores e experiências históricas como modelo universal, classificando outras sociedades segundo esses parâmetros. Isso resultou em hierarquização cultural, justificativa ideológica da colonização, exploração econômica e dominação política, e na difusão de uma matriz conceitual de progresso linear, em que civilização equivalia a tecnologia, ciência e organização política ocidental. Assim, a modernidade não apenas reorganizou o espaço e a economia, mas também controlou simbolicamente o significado de civilização, impondo valores e critérios europeus como universais.

Em resumo, as categorias de civilizado e bárbaro foram construídas historicamente como instrumentos de poder, enquanto a modernidade, com seu racionalismo científico e eurocentrismo, reorganizou o tempo, o conhecimento e o espaço, legitimando a exploração econômica, social e cultural de povos e territórios considerados “inferiores” segundo os padrões europeus.



Aprofundamento das Aprendizagens

Q.1

“A ‘civilização’ não é uma cultura específica, é a forma que permite a existência das culturas humanas em sua diversidade e, por conseguinte, em sua coexistência. Para dizê-lo negativamente: a barbárie não é uma prática humana, um costume humano, e tampouco uma cultura humana específica, é uma prática, um costume, uma cultura que se define pelo fato de negar tal ou tal forma específica de humanidade.

(WOLFF, F. *Quem é bárbaro?* In: NOVAES, A. (org.). *Civilização e barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 40-41).

A principal função dessa distinção era:

A

Promover a integração cultural e a cidadania plena de todos os povos que viviam nas fronteiras do Império, reforçando a igualdade jurídica.

B

Limitar a expansão territorial do Império, reconhecendo o direito à soberania e aos costumes de todos os povos vizinhos.

C

Criar uma identidade cultural coesa entre os povos dominados, incentivando-os a adotar a língua e a religião romanas de forma espontânea.

D

Justificar a transformação do espaço por meio da conquista e da guerra, estabelecendo a superioridade romana como argumento para a exploração econômica e o controle militar dos povos externos.

E

Classificar os povos de acordo com seu desenvolvimento tecnológico na agricultura, facilitando o intercâmbio comercial e a livre circulação de mercadorias.

Q.2

Na Idade Moderna, o conceito de “civilização” migrou das categorias religiosas para ser firmemente ancorado na razão científica e no progresso técnico definidos pelo Iluminismo. A matriz conceitual hegemônica do Ocidente passou a postular que a civilização era o ápice da organização social, caracterizada pelo domínio da técnica, pela formação do Estado-Nação e pela adesão a valores morais e jurídicos específicos. Essa visão de mundo, essencialmente eurocêntrica, criou um paradigma binário: a civilização (*versus* a barbárie, o primitivismo ou o selvagem). A matriz conceitual de “civilização” desenvolvida e consolidada durante a Idade Moderna funcionou como um instrumento ideológico ao:

A

Exigir que todas as nações adotassem o regime absolutista, garantindo a paz e a estabilidade nas relações de produção globais.

B

Classificar os povos segundo o grau de desenvolvimento industrial e científico, fornecendo o argumento de superioridade moral necessário para legitimar as relações de poder e a expropriação colonial de terras e recursos.

C

Desvincular o conceito de progresso da exploração econômica, incentivando o desenvolvimento autônomo e igualitário das colônias sob a égide do livre-comércio.

D

Priorizar o conhecimento oral e os saberes tradicionais das sociedades ágrafas, confrontando o Racionalismo iluminista e sua visão de mundo linear.

E

Promover a uniformidade religiosa entre os continentes, extinguindo as antigas divisões medievais em nome da união política dos impérios.

Q.3

“Os historiadores tendem a concordar que, a partir de meados do século, o ritmo da história social se modifica. O termo em si é impreciso - ‘meados do século’ -, mas quando olhamos sobre as diversas histórias específicas (econômica, demográfica, urbana, técnica) parece haver uma convergência no sentido de se localizar, dentro dos limites dessa duração, senão uma ruptura, pelo menos uma aceleração. Por exemplo, é entre 1853 e 1870 que a cidade de Paris transforma-se radicalmente, época em que se realizam as grandes reformas urbanísticas do barão Haussmann.”

(ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade: a França no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 21.*)

A respeito do texto, qual as modificações na concepção de tempo e ritmo social que se configuram a partir do século XIX:

A

Uma desaceleração do crescimento econômico e populacional.

B

A intensificação da urbanização e do desenvolvimento industrial.

C

O retorno a padrões sociais e econômicos do Antigo Regime.

D

A diminuição da importância das ferrovias e outras infraestruturas.

E

A estagnação das inovações tecnológicas e culturais.

Q.4

“A medicina dos espaços urbanos [...] não é mais aquela que analisa os doentes, mas a que analisa os lugares de acúmulo e empilhamento, os lugares de onde nascem e se espalham as doenças. [...] Trata-se de organizar a cidade para evitar o contágio. A cidade deve ser percorrida por fluxos de ar e água, deve ser ventilada, lavada. O urbanismo do século XIX, herdeiro das Luzes, sonha com uma cidade transparente, legível, onde o olhar do poder possa penetrar em cada beco escuro para eliminar a sujeira e, com ela, a desordem social.”

(FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 165. Adaptado).

Com base no texto de Michel Foucault assinale a alternativa que explica como a “ciência” foi utilizada para reorganizar o espaço urbano:

A

A reorganização das cidades baseou-se exclusivamente em princípios estéticos do Renascimento, buscando embelezar as praças com estátuas, sem preocupação real com a saúde pública ou o controle da população.

B

O racionalismo científico foi aplicado ao urbanismo como uma ferramenta de biopolítica, onde a reordenação do espaço (alargamento de ruas, saneamento) visava não apenas combater doenças, mas também controlar os fluxos populacionais, vigiar os bairros pobres e garantir a eficiência da força de trabalho.

C

As reformas urbanas inspiradas no Iluminismo priorizaram a manutenção dos traçados medievais tortuosos, pois acreditava-se que a “desordem” arquitetônica estimulava a liberdade de pensamento e a criatividade dos cidadãos.

D

O texto indica que a medicina e o urbanismo atuaram de forma independente, sendo que os médicos cuidavam apenas dos hospitais, enquanto o Estado cuidava da construção de estradas rurais, sem intervir no espaço interno das cidades.

E

A “cidade transparente” mencionada por Foucault refere-se à construção de edifícios de vidro no século XIX, que tinham como único objetivo permitir a entrada de luz solar para economizar energia elétrica nas fábricas.

Q.5

“O programa do Esclarecimento [Iluminismo] era o desencantamento do mundo. Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber. [...] Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal. [...] O que os homens querem aprender da natureza é como utilizá-la para dominar a ela e aos outros homens. Nada mais importa”.

(ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 17-18).

Considerando o impacto desse pensamento na produção do espaço, assinale a alternativa que descreve corretamente a consequência desse modelo de racionalidade:

A

O Iluminismo promoveu uma relação harmoniosa e sustentável com o espaço rural, recuperando mitos antigos de preservação ambiental para impedir o avanço da industrialização sobre as florestas.

B

A razão instrumental, ao “desencantar o mundo”, transformou a natureza e o espaço geográfico em meros recursos exploráveis, legitimando uma lógica de produção industrial que visa o domínio técnico, a maximização do lucro e a subordinação do trabalho humano.

C

Segundo Adorno e Horkheimer, a ciência moderna libertou o homem de todas as formas de dominação, criando uma sociedade onde a tecnologia serve exclusivamente para reduzir a jornada de trabalho e aumentar o tempo livre dos operários.

D

O texto defende que o saber técnico e científico é neutro e desvinculado de interesses econômicos, não tendo qualquer relação com a acumulação de capital ou com a transformação dos espaços de produção.

E

O “desencantamento do mundo” refere-se ao declínio da literatura de fantasia no século XVIII, sem gerar impactos reais na organização das fábricas ou na exploração dos recursos naturais.

Q.6

O projeto moderno é o de uma história que se fragmentou e se descentralizou e que busca se reunificar e se reuniversalizar. É a representação ocidental da “civilização” como busca da liberdade, isto é, da coincidência absoluta da subjetividade consigo mesma.

(Fonte: REIS, José Carlos. História & Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 35).

A partir de uma leitura crítica do conceito moderno de civilização, elaborado no contexto europeu, analise as alternativas e assinale aquela que melhor expressa o papel da Europa na definição e no controle desse conceito ao longo da modernidade.

A

A Europa construiu a ideia de civilização como um modelo universal de desenvolvimento histórico, utilizando seus próprios valores como parâmetro para julgar outras sociedades.

B

O pensamento moderno europeu recusou a noção de progresso linear, defendendo a equivalência histórica entre todas as culturas.

C

A concepção europeia de civilização rompeu com qualquer tentativa de centralização da história, impedindo hierarquizações culturais.

D

O projeto moderno de civilização foi elaborado de forma neutra, sem relações com processos de dominação política ou cultural.

E

A modernidade europeia compreendeu a civilização como um fenômeno exclusivamente plural, sem pretensões universalistas.



RESUMO TEÓRICO

A compreensão da Modernidade e da Revolução Francesa exige analisar as transformações políticas, sociais e culturais ocorridas entre os séculos XVIII e XIX. A Revolução Francesa marcou a passagem de uma sociedade baseada na monarquia absoluta e nos privilégios de nascimento para um modelo em que os direitos individuais e coletivos passaram a ser reivindicados como universais. No entanto, essa universalidade era limitada. Apesar de proclamarem a liberdade, a igualdade e a fraternidade, os revolucionários da época restringiam a cidadania plena à população masculina proprietária, excluindo mulheres, escravizados e setores marginalizados da sociedade. Nesse contexto, surgiram vozes críticas, como a de Olympe de Gouges, que elaborou a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã em 1791. Gouges denunciava a contradição do projeto revolucionário: enquanto os homens se apropriavam da universalidade dos direitos, as mulheres eram privadas de participação política e reconhecimento legal. Sua proposta era ampliar os princípios de liberdade, igualdade e resistência à opressão, incluindo a mulher como sujeito ativo da história e cidadã de pleno direito. Essa exclusão feminina também se observa na filosofia iluminista, mesmo quando os pensadores defendiam a razão e os direitos naturais como universais. Filósofos como Jean-Jacques Rousseau delinearão uma educação feminina voltada para a esfera doméstica, subordinada à satisfação e ao cuidado do homem, limitando a atuação das mulheres à reprodução da vida e à manutenção da moral privada. Assim, o Iluminismo apresenta uma contradição central: ao mesmo tempo em que critica o Antigo Regime e propõe novos fundamentos racionais para a sociedade, reforça hierarquias de gênero, restringindo a cidadania e o acesso à esfera pública às mulheres.

Outro aspecto central da Modernidade é a construção do Estado-Nação, entendido não como uma realidade pré-existente, mas como um projeto político que busca homogeneizar culturas, línguas e identidades regionais. Instituições como a escola, o exército e os símbolos nacionais desempenham papel decisivo na formação do cidadão, transformando populações diversas em cidadãos de uma mesma nação e impondo uma unidade territorial, cultural e política. Esse processo de nacionalização, embora fortalecendo a coesão do Estado, muitas vezes suprime diferenças locais, dialetos e tradições, gerando tensões e exclusões no espaço social e geográfico. A história moderna também precisa ser interpretada criticamente em relação ao conceito de progresso. Para a matriz hegemônica da modernidade, o progresso era linear, inevitável e positivo, associado à ciência, à razão e à técnica. No entanto, pensadores como Walter Benjamin alertam para as consequências destrutivas desse processo: a modernização frequentemente gera ruínas sociais, culturais e espaciais, destruindo modos de vida anteriores em nome de um futuro idealizado. Assim, o progresso moderno não pode ser visto apenas como melhoria; ele envolve transformações violentas e perdas que moldam desigualdades e exclusões.

Por fim, as interpretações recentes do Iluminismo ampliam a visão tradicional, antes centrada na França e nos homens de letras de Paris. A partir da década de 1970, a historiografia passou a reconhecer que o Iluminismo é plural e contextual, com manifestações diversas na Escócia, Alemanha, Península Ibérica, nas colônias americanas e em outros territórios. Essa perspectiva permite compreender que as ideias de razão, liberdade e cidadania foram reinterpretadas e aplicadas de maneira diferenciada, dependendo do contexto social, político e cultural em que se desenvolveram, e que as tensões

internas ao movimento são fundamentais para entender sua complexidade histórica. A Revolução Francesa, por sua vez, deve ser compreendida como um processo histórico amplo e gradual. A chamada “revolução aristocrática”, iniciada com a reunião dos Notáveis em 1787, evidencia que a crise da monarquia absoluta não se restringiu apenas ao rei ou à nobreza, mas envolveu diferentes grupos sociais. A representação ampliada do Terceiro Estado e a necessidade de dividir funções entre intendentess e assembleias eleitas indicam que a transformação política ocorreu de forma progressiva, alterando profundamente as estruturas tradicionais de poder.

Portanto, o estudo da Modernidade, da Revolução Francesa e do Iluminismo deve considerar não apenas as ideias proclamadas, mas também suas limitações, contradições e as práticas de exclusão que marcaram esses processos. A cidadania, os direitos universais, a construção do Estado-Nação e o progresso histórico são produtos de disputas políticas e sociais, conquistas parciais e contínuas, que exigem reflexão crítica sobre quem foi incluído, quem foi excluído e de que forma essas decisões moldaram o mundo contemporâneo.



Aprofundamento das Aprendizagens

Q.1

Art. I - A mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem. As distinções sociais só podem ser baseadas no interesse comum.

Art. II - O objeto de toda associação política é a conservação dos direitos imprescritíveis da mulher e do homem: Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e, sobretudo, a resistência à opressão.

Art. III - O princípio de toda soberania reside essencialmente na nação, que é a união da mulher e do homem: nenhum organismo, nenhum indivíduo, pode exercer autoridade que não provenha expressamente deles.

(GOUGES, Olympe de. Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. Portal UFMS. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/414/2018/10/DeclaraDirMulherCidada1791RecDidaPESSOALJNETO.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2025).

Essa crítica fundamental do documento de 1791, que levou à sua rejeição pelas autoridades revolucionárias, evidenciava a:

A

Prevalência imediata da pauta abolicionista, exigindo o fim da escravidão nas colônias francesas como condição para a igualdade de gênero.

B

Necessidade de manutenção da estrutura monárquica, pois esta garantiria a hierarquia social e a proteção dos direitos femininos.

C

Contradição do projeto revolucionário, que afirmava a universalidade dos direitos humanos, mas excluía as mulheres da cidadania plena.

TEXTO CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA ►

D Priorização da Revolução Francesa em questões de natureza exclusivamente econômica, desvinculadas de qualquer debate político-social.

E Submissão da burguesia revolucionária aos interesses do clero e da nobreza, impedindo a discussão sobre qualquer forma de democracia.

Q.2 Pela própria lei da natureza, as mulheres, tanto por elas como por seus filhos, estão à mercê do julgamento do homem: não basta que sejam bem-comportadas, é preciso que sejam reconhecidas como tal; sua honra não está apenas na sua conduta, está na sua reputação, e não é possível que a que consente em passar por infame seja um dia honesta. O homem, agindo bem, não depende senão de si e pode desafiar o juízo público; mas a mulher, agindo bem, só cumpre metade de sua tarefa, e o que pensam dela lhe importa tanto quanto o que é efetivamente (ROUSSEAU, 1995, p. 432).

A análise da questão feminina no Iluminismo revela a contradição inerente à matriz conceitual do movimento, pois, ao mesmo tempo em que criticava as estruturas de poder do Antigo Regime, a maioria de seus teóricos:

A Defendia o retorno aos modelos de organização social da Antiguidade Clássica, onde as mulheres exerciam o poder político nas cidades-Estado.

B Consagrou a Razão como fundamento da cidadania, mas, por meio de uma relação de poder baseada no gênero, restringiu a esfera de atuação feminina ao papel social e biológico da reprodução da vida na domesticidade”.

C Promoveu a plena igualdade de direitos políticos para todas as classes sociais, dependendo apenas da comprovação de letramento e racionalidade.

D Aboliu a propriedade privada, permitindo que as mulheres assumissem o controle total da economia familiar e da produção rural.

E Rejeitou o conceito de Direitos Naturais, substituindo-o pelo princípio da Vontade Geral, que ignorava as distinções de gênero e classe.

Q.3

“A essência da nação moderna é que todos os seus cidadãos tenham muito em comum e, de preferência, uma só língua, uma só cultura e uma só memória histórica. [...] O Estado nacional, matriz política da modernidade, não nasce de uma identidade pré-existente, mas a constrói ativamente”.

(HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 105-108. Adaptado.*)

Com base na análise de Eric Hobsbawm, assinale a alternativa que explica a relação entre a formação dos Estados Nacionais e as relações de poder no espaço:

A

As nações modernas surgiram espontaneamente porque todas as pessoas de um território já falavam a mesma língua e tinham os mesmos costumes desde a Idade Média.

B

O Estado-Nação atua como uma força homogeneizadora, utilizando instituições (como a escola) para impor uma cultura oficial e centralizada, muitas vezes suprimindo dialetos locais e culturas minoritárias para garantir a unidade do território e do mercado.

C

A matriz política da modernidade valoriza a fragmentação, incentivando que cada cidade tenha suas próprias leis, moedas e exércitos, enfraquecendo o poder central em favor das autonomias locais.

D

O texto argumenta que a escola pública foi criada com o único objetivo de ensinar matemática e ciências, sem qualquer intenção de formar uma identidade patriótica ou disciplinar a população.

E

A formação dos Estados Nacionais na Europa e na América não alterou as fronteiras ou os fluxos populacionais, mantendo intacta a organização espacial do período feudal.

Q.4

“Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a seus pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso [...] Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.”

(BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. In: *Magia e técnica, arte e política*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 226).

Assinale a alternativa que interpreta corretamente a visão do autor sobre a modernização:

A

Para Benjamin, o progresso é um processo positivo e linear de melhoria contínua das cidades e da vida humana, onde as “ruínas” representam apenas os edifícios velhos que devem ser demolidos para dar lugar a construções modernas e higiênicas.

B

A visão hegemônica de modernidade entende a história como uma evolução constante, mas Benjamin denuncia que esse “progresso” é, na verdade, uma tempestade destrutiva que produz vítimas e escombros (sociais e espaciais), silenciando as tradições e os vencidos em nome de um futuro idealizado.

C

O “Angelus Novus” simboliza a proteção divina sobre as fábricas e as cidades industriais, indicando que a industrialização foi um processo guiado pela providência religiosa para salvar a humanidade da barbárie.

D

O texto defende que a única forma de alcançar o futuro é ignorar completamente o passado, pois a memória histórica atrapalha o desenvolvimento tecnológico e a reorganização racional dos espaços urbanos.

E

A tempestade mencionada no texto refere-se exclusivamente às catástrofes naturais (como furacões e enchentes) que atingiram a Europa no século XX, sem relação com as escolhas políticas ou econômicas da modernidade.

Q.5

A partir da década de 1970, pesquisadores começaram a dar maior atenção às diferenças e às tensões existentes no âmbito do pensamento do século XVIII. Desde então, tem sido publicado vários estudos sobre as especificidades do movimento iluminista em diversos contextos culturais. É significativo o relativo abandono de um tipo de interpretação que privilegia o contexto francês. O historiador norteamericano questiona a associação do Iluminismo aos homens de letras de Paris.

(KIRSCHNER, T. C. Itinerários de um ilustrado luso-brasileiro. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2009, p. 292).

Assinale a alternativa que melhor expressa essa renovação interpretativa sobre o movimento iluminista:

A

O Iluminismo deve ser compreendido como um fenômeno múltiplo, marcado por diferentes expressões conforme os contextos históricos, culturais e políticos em que se desenvolveu.

B

O pensamento iluminista foi um movimento homogêneo, cujas ideias centrais se originaram exclusivamente nos círculos intelectuais parisienses.

C

As tensões internas do Iluminismo são irrelevantes para sua compreensão histórica, pois seus princípios foram universalmente aceitos.

D

A historiografia recente reforça a centralidade da França como único espaço legítimo de produção do pensamento iluminista.

E

As experiências iluministas fora da França representam desvios menores e pouco significativos em relação ao modelo original francês.

Q.6

Deslocar o começo da Revolução Francesa para o início de 1787 e a reunião dos Notáveis: esse deslocamento cronológico apresenta a dupla vantagem de datar mais exatamente a crise dos poderes tradicionais, e de integrar o que se costuma chamar “revolução aristocrática” à Revolução propriamente dita. Na teoria e na prática a monarquia absoluta morre nesse ano, quando os intendentess têm que dividir suas atribuições com assembleias eleitas, no interior das quais o Terceiro Estado tem uma representação dupla; não é somente a “aristocracia”, ou os parlamentares, que se precipita no vazio criado pelo desmoronamento rápido de sua autoridade, mas toda a sociedade política.

(Fonte: FURET, François. *Pensando a revolução francesa*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 59).

A partir dessa perspectiva, assinale a alternativa que melhor expressa o significado desse deslocamento cronológico.

A

A crise política de 1787 restringe-se aos conflitos entre a nobreza e o rei, sem impactos sobre a estrutura da sociedade política.

B

O deslocamento cronológico reforça a ideia de que a Revolução foi um movimento exclusivamente popular, liderado pelo Terceiro Estado desde seu início.

C

A reunião dos Notáveis representa um momento de fortalecimento da monarquia absoluta, que recupera sua autoridade política.

D

A chamada “revolução aristocrática” deve ser entendida como um fenômeno isolado e sem relação com a Revolução Francesa propriamente dita.

E

A Revolução Francesa passa a ser compreendida como um processo mais amplo e gradual, no qual a crise da monarquia absoluta envolve diferentes grupos sociais antes de 1789.



RESUMO TEÓRICO

As questões a seguir se referem a ideia de que a cidadania é um conceito que se constrói historicamente e envolve a garantia de direitos que permitem ao indivíduo participar plenamente da vida em sociedade. Esses direitos podem ser entendidos em três dimensões complementares: civis, políticos e sociais. Os direitos civis asseguram a liberdade individual, a propriedade, a igualdade perante a lei e o direito à vida, garantindo que cada pessoa possa existir de forma autônoma e protegida dentro da comunidade. Já os direitos políticos permitem que os cidadãos influenciem as decisões coletivas, votando, sendo eleitos ou participando de mecanismos de deliberação, garantindo que a sociedade não seja apenas governada por imposição, mas que haja espaço para expressão e participação. Contudo, a existência isolada desses direitos não é suficiente para assegurar uma democracia real e efetiva. Para que a cidadania seja plena, é imprescindível a presença dos direitos sociais, que incluem acesso à educação, saúde, trabalho digno e salário justo, aposentadoria e outros mecanismos que possibilitem a participação de todos na riqueza produzida coletivamente. Sem esses direitos, a liberdade e a igualdade formal perdem significado prático, pois apenas quem dispõe de recursos e oportunidades consegue exercer plenamente seus direitos políticos e civis.

O exercício da cidadania implica também uma mudança profunda na concepção de humanidade e no papel do indivíduo dentro da sociedade. Historicamente, a transição de súditos passivos, submetidos a poderes absolutos ou regimes de servidão, para sujeitos ativos, capazes de reivindicar direitos e influenciar coletivamente o rumo da comunidade, representa um avanço significativo. Esse processo transforma a percepção de si mesmo, deslocando o indivíduo de uma condição de submissão e

dependência para a posição de protagonista da história, responsável por suas escolhas e pela construção do bem comum. A cidadania não surge como um presente natural ou uma concessão oferecida pelos governantes, mas como resultado de conquistas históricas, fruto de lutas sociais, debates e pressões por igualdade e justiça.

O surgimento da cidadania moderna se dá em oposição a estruturas hierárquicas e de submissão, como o feudalismo e o Antigo Regime, nas quais os direitos eram restritos a grupos específicos e a maior parte da população não tinha autonomia nem acesso a mecanismos de participação política. Tornar-se cidadão significa, portanto, assumir um papel ativo na sociedade, reivindicar direitos e responsabilidades, e participar da vida coletiva de maneira plena. A cidadania é, assim, uma conquista contínua, que depende do equilíbrio e da integração entre direitos civis, políticos e sociais. Para que seja efetiva, ela exige atenção constante à justiça social, à igualdade de oportunidades e à inclusão de todos os indivíduos, garantindo que cada pessoa tenha condições reais de exercer sua liberdade, influenciar decisões e contribuir para a riqueza e o desenvolvimento da sociedade.

Além disso, a cidadania envolve também uma dimensão ética e cultural: ser cidadão é reconhecer a dignidade de todos os membros da sociedade, respeitar diferenças, colaborar para o bem comum e entender que os direitos de cada indivíduo estão interligados aos direitos de todos. Esse processo de construção da cidadania não é linear nem automático; ele depende de ações coletivas, participação social, educação política e engajamento constante, lembrando que a liberdade e a igualdade não são conquistas definitivas, mas responsabilidades a serem continuamente exercidas e ampliadas.



Questões (1 a 6)

“Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram, entretanto, a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. A cidadania não é um presente dos deuses ou dos governantes; é uma conquista constante. A cidadania instaura-se a partir da ruptura com a servidão, transformando a concepção de humanidade: deixamos de ser súditos passivos para nos tornarmos sujeitos ativos da história, rompendo com a ideia de concessão vinda de cima para baixo.”

(PINSKY, Jaime. Introdução. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). História da Cidadania. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 9).

Q.1 O texto estabelece uma categorização dos direitos que compõem a cidadania plena. Segundo o autor, a simples existência de direitos civis (liberdade, propriedade) e políticos (voto) não é suficiente para assegurar a democracia porque:

A Eles excluem os estrangeiros residentes no país da participação econômica.

B A democracia depende exclusivamente da vontade divina ou da benevolência dos governantes.

C Falta a garantia dos direitos sociais, que permitem a participação na riqueza coletiva.

D Os direitos políticos atrapalham o funcionamento do livre mercado e da propriedade.

E A liberdade individual é incompatível com a organização de um sistema de saúde pública.

Q.2 A concepção de humanidade apresentada no texto sofre uma alteração fundamental com o advento da cidadania. Essa mudança é descrita como a transição de:

A Escravos de guerra para servos da gleba protegidos pelo senhor feudal.
B Súditos passivos para sujeitos ativos e protagonistas da história.

B Súditos passivos para sujeitos ativos e protagonistas da história.

C Cidadãos globais para indivíduos apátridas sem vínculo territorial.

D Trabalhadores rurais para operários urbanos alienados.

E Fiéis religiosos para ateus materialistas focados no consumo.

Q.3 Considerando o contexto político abordado no texto, a origem da cidadania é definida como:

A Uma concessão outorgada pacificamente pelas elites políticas (“de cima para baixo”).

B Um presente natural, inerente ao ser humano desde o seu nascimento biológico (“presente dos deuses”).

C Um acordo diplomático entre nações para evitar guerras de fronteira.

D Uma conquista constante resultante de um processo de luta histórica.

E Um status jurídico temporário que pode ser revogado se o indivíduo não pagar impostos.

Q.4 O autor associa os “direitos sociais” a uma função específica dentro da estrutura da sociedade. Identifique a alternativa que corresponde a essa função conforme o texto:

A Garantir a participação do indivíduo na riqueza produzida coletivamente (ex: educação e saúde).

B Assegurar a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa contra a censura.

C Permitir a escolha de representantes através do voto direto e secreto.

D Proteger a propriedade privada contra a intervenção do Estado.

E Estabelecer a igualdade jurídica, onde todos são inocentes até prova em contrário.

Q.5 Ao afirmar que a cidadania rompe com a “ruptura com a servidão”, o texto situa o nascimento desse conceito de humanidade moderna em oposição a qual estrutura política e social anterior?

A Às democracias diretas da Grécia Antiga, onde todos já eram considerados iguais.

B Ao comunismo primitivo, onde não havia Estado nem propriedade.

C À estrutura do Antigo Regime e do feudalismo, baseada na submissão e estamentos.

D Ao Estado de Bem-Estar Social do século XX, que garantia proteção excessiva.

E Às ditaduras militares latino-americanas do século XX.

Q.6

Assinale a alternativa que interpreta corretamente a natureza da cidadania:

A

A cidadania é uma concessão benevolente do Estado, que decide, de cima para baixo, quais direitos devem ser outorgados à população para manter a ordem, dispensando a necessidade de mobilização popular.

B

O texto defende que a cidadania plena é atingida apenas com a garantia dos direitos civis (liberdade e propriedade), sendo os direitos sociais (saúde e educação) secundários e não essenciais para a manutenção da democracia.

C

A condição de cidadão é um processo histórico e de luta contínua (“conquista constante”), que marca a transição do indivíduo de uma posição de submissão passiva (súdito) para a de agente participativo (sujeito ativo) capaz de reivindicar direitos civis, políticos e sociais.

D

Ser cidadão resume-se ao exercício dos direitos políticos, especificamente o ato de votar e ser votado, uma vez que a participação na riqueza coletiva é uma questão econômica privada e não um direito de cidadania.

E

A cidadania é um conceito estático e imutável, cujos princípios foram definidos na Antiguidade Clássica e permanecem inalterados até hoje, não estando sujeitos a novas reivindicações ou ampliações.



RESUMO TEÓRICO

As questões apresentadas permitem compreender o tráfico transatlântico de africanos escravizados e a colonização como elementos centrais da formação do mundo moderno e do capitalismo global. Longe de se tratar de migrações comuns ou de intercâmbios equilibrados entre continentes, esses processos foram marcados pela violência extrema, pela desumanização sistemática e pela transformação de pessoas em mercadorias. O tráfico negreiro distinguiu-se de qualquer outra forma de mobilidade populacional da Época Moderna pelo seu caráter compulsório e mercantil. Africanos, inclusive mulheres e crianças, eram capturados, acorrentados e transportados em condições degradantes, como descreve David Eltis. O objetivo não era preservar vidas, mas maximizar lucros, tratando seres humanos como “carga”. Essa lógica revela o processo de coisificação, no qual o indivíduo perde sua condição humana e passa a ser visto apenas como valor econômico.

Esse sistema violento foi fundamental para aquilo que Karl Marx denominou “acumulação primitiva de capital”. A riqueza que financiou o desenvolvimento do capitalismo europeu não surgiu de relações comerciais justas ou do progresso técnico isolado, mas da pilhagem colonial, do extermínio de povos indígenas, da exploração de metais preciosos e do trabalho escravizado nas plantations americanas. A ironia de Marx ao falar em “processos idílicos” denuncia justamente o caráter brutal e desigual dessas bases econômicas. A partir da perspectiva decolonial, autores como Aníbal Quijano e Achille Mbembe ajudam a compreender que a expansão marítima europeia inaugurou um padrão mundial de poder que articulou economia, dominação e raça. A classificação racial não foi apenas uma ideia cultural, mas um instrumento econômico: ao associar povos africanos e indígenas a uma suposta inferioridade natural, tornou-se possível

impor a eles formas de trabalho coercitivas, não remuneradas ou extremamente violentas. Assim, o fluxo de riquezas para a Europa dependia diretamente da racialização da mão de obra na periferia do sistema. Nesse contexto, o Atlântico tornou-se o eixo central do capitalismo comercial. O tráfico negreiro integrou África, Europa e Américas em redes complexas de comércio triangular e bilateral, envolvendo elites africanas, traficantes europeus e colonos americanos. Ainda que houvesse participação de grupos locais africanos, essa dinâmica esteve inserida em um sistema global desigual, que desestruturou sociedades africanas, incentivou guerras, ampliou a dependência econômica e beneficiou sobretudo as potências coloniais.

A escravidão não terminava com a travessia do Atlântico. Nos mercados de escravos, como o do Valongo, no Rio de Janeiro, a lógica da mercadoria se aprofundava. Homens, mulheres e crianças eram examinados como animais, famílias eram separadas e laços afetivos destruídos deliberadamente. Essa prática visava não apenas facilitar a venda, mas também enfraquecer identidades, memórias e resistências, tornando os escravizados mais vulneráveis à exploração cotidiana. Refletir sobre essas questões permite ao estudante compreender que a escravidão e o tráfico negreiro não foram fenômenos marginais ou secundários, mas estruturantes da economia mundial moderna e das desigualdades que persistem até hoje. O racismo, a violência colonial e a exploração do trabalho não são heranças acidentais, mas partes constitutivas da formação do capitalismo e das relações entre centro e periferia no sistema global. Esse entendimento é fundamental para uma leitura crítica da história e para o reconhecimento das marcas profundas deixadas pela escravidão nas sociedades contemporâneas.



Aprofundamento das Aprendizagens

Q.1

“Fosse qual fosse o caminho percorrido, as condições a bordo refletiam o status de excluída que marcava as pessoas aprisionadas no porão. Nenhum europeu — fosse condenado, servo temporário ou imigrante livre miserável — jamais foi submetido ao ambiente que recebia o escravo africano típico no momento de embarque. Eram separados por sexo, mantidos nus, amontoados, sendo os homens acorrentados por longos períodos. Nada menos do que 26 por cento das pessoas a bordo eram classificadas como crianças, um índice do qual nenhuma outra migração anterior ao século XX sequer se aproxima”. (ELTIS, 2007)

A principal característica que distinguia o tráfico negreiro de outras formas de migração na Época Moderna era:

A

A prioridade no transporte de mão de obra masculina e adulta para atender às demandas produtivas das colônias de exploração.

B

A semelhança entre a condição jurídica dos servos temporários europeus e a dos africanos, ambos submetidos ao regime de escravidão.

C

A institucionalização de um sistema de transporte que visava a desumanização do indivíduo e a comercialização de grupos vulneráveis.

D

A implementação de medidas de higiene e separação por sexo para garantir a preservação do capital investido pelos traficantes.

E

O caráter voluntário da migração de crianças africanas, motivada pelas crises demográficas no continente de origem.

Q.2

“A descoberta de ouro e prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das índias Orientais e a transformação da África num campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são os fatores fundamentais da acumulação capitalista.”

(MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1, vol. II).

Segundo a perspectiva marxista apresentada, a transição para o modo de produção capitalista foi garantida por meio do(a):

A

Estabelecimento de relações comerciais equitativas entre as metrópoles e as colônias, visando o progresso mútuo das nações.

B

Desenvolvimento técnico e tecnológico das manufaturas europeias, que tornou desnecessário o uso de mão de obra compulsória.

C

Uso da violência e da exploração colonial como mecanismos motores para a concentração de riquezas nas mãos da burguesia europeia.

D

Expansão da fé cristã, que civilizou os povos nativos e integrou as economias periféricas ao mercado global de forma pacífica.

TEXTO CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA ►

E

Consolidação do livre-cambismo internacional, que eliminou as barreiras alfandegárias entre as metrópoles e suas periferias.

Q.3

“A América constituiu-se como o primeiro espaço/tempo de um novo padrão de poder de vocação mundial e, desse modo, como a primeira identidade da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram: a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de ‘raça’, uma suposta estrutura biológica diferente que situava os uns em situação natural de inferioridade em relação aos outros; e a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial.”

(QUIJANO, Aníbal. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117. Adaptado).

Assinale a alternativa que explica corretamente a relação entre a “ideia de raça” e a “circulação de riquezas” nesse período:

A

A ideia de raça serviu para impedir a circulação de mercadorias, uma vez que os europeus se recusavam a consumir produtos cultivados por populações indígenas ou africanas, travando o desenvolvimento do capitalismo comercial.

B

A Expansão Marítima promoveu uma distribuição equitativa do capital, pois a mão de obra assalariada foi implantada simultaneamente na Europa e na América, gerando um mercado consumidor homogêneo em ambos os continentes.

C

A dinâmica do capital na modernidade dependeu da classificação racial para baratear a mão de obra: formas de trabalho não remuneradas ou coercitivas (escravidão, servidão) foram impostas às populações “não brancas” (mercadoria-trabalho) para maximizar a acumulação de riquezas que fluíam para o centro europeu.

D

O texto defende que a religião, e não a economia, foi o único motor da mobilidade populacional, sendo a extração de ouro e prata um aspecto secundário e sem impacto na formação do mercado mundial.

E

A fixação dos povos europeus na América ocorreu sem conflitos econômicos, pois os indígenas cederam suas terras voluntariamente em troca da tecnologia e dos produtos manufaturados trazidos pelo livre mercado atlântico.

Q.4

“A troca de mercadorias e de escravos constituiu a parte mais dinâmica da economia-mundo europeia. O Atlântico tornou-se o centro do capitalismo comercial. [...] O escravo é aquele que foi arrancado de sua terra, de sua língua, de seus deuses. É aquele que foi transformado em peça, em coisa, em moeda. A mobilidade forçada de milhões de africanos através do Atlântico não foi uma migração, foi um deslocamento de ‘capital vivo’ para mover a máquina de produção das *plantations*.”

(MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014, p. 28-30. Adaptado).

A dinâmica populacional do tráfico transatlântico de escravizados deve ser entendido como:

A

O tráfico deve ser analisado como um fluxo migratório espontâneo, motivado pelo desejo dos africanos de buscar melhores condições de vida nas colônias agrícolas da América.

B

Trata-se de uma dinâmica de mobilidade onde o ser humano é desumanizado e convertido em mercadoria (bem de capital), sendo deslocado forçosamente para atender à demanda de produção de *commodities* agrícolas no Novo Mundo.

C

A mobilidade africana para a América foi um evento cultural e religioso, visando a expansão do islamismo e de cultos tradicionais para novos territórios, sem relação direta com a economia de *plantation*.

D

O texto sugere que a escravidão foi um fenômeno marginal na economia-mundo, pois a maior parte da riqueza europeia advinha do comércio interno entre os reinos do próprio continente, sem depender da mão de obra fixada nas colônias.

E

A fixação dos africanos na América ocorreu em zonas urbanas industriais, onde eles atuavam como parceiros comerciais livres, integrando-se rapidamente à classe média colonial.

Q.5

As quatro principais rotas dos navios negreiros que ligaram o continente africano ao Brasil foram as da Guiné, Mina, Angola e Moçambique. Elas concentravam o comércio de seres humanos que, na maioria dos casos, eram aprisionados em guerras feitas por chefes tribais, reis ou sobas africanos para esse fim. Os traficantes, principalmente portugueses, mas também de outras nações europeias e posteriormente brasileiros, obtinham os prisioneiros em troca de armas de fogo, tecidos, espelhos, utensílios de vidro, de ferro, tabaco e aguardente, entre outros.

(Rotas da escravidão. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/rotas-da-escravidao/>).

Considerando o texto e o contexto histórico do tráfico transatlântico de escravizados entre os séculos XVI e XIX, a dinâmica comercial estabelecida entre a África e o Brasil caracterizava-se por:

A

Uma relação de equilíbrio comercial baseada no escambo de produtos manufaturados por matérias-primas agrícolas.

TEXTO CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA ►

B Um sistema de “comércio triangular” e “bilateral” que integrava diversas regiões do Atlântico em uma rede de dependência mútua e exploração.

C Uma ocupação militar efetiva do interior do continente africano pelas metrópoles europeias para a captura direta de mão de obra.

D Um isolamento das elites africanas, que se recusavam a participar do comércio de seres humanos devido a questões religiosas.

E Uma hegemonia exclusiva de traficantes ingleses, que detinham o monopólio das rotas de Angola e Moçambique até a abolição definitiva.

Q.6 É importante registrar que o negro era tratado como mercadoria, não havendo preocupação alguma em se respeitar sua natureza humana. No mercado do Vallongo, no Rio de Janeiro, gravuras e descrições mostram negros à venda sendo examinados com animais: pais e filhos eram separados sem o menor problemas por compradores que não tinham, eventualmente, interesse na família inteira (...). E ter sido tratado como mercadoria foi uma das maiores violências perpetradas contra o povo negro.

(PINSKY, Jaime. A escravidão no Brasil. 21ª ed., 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2022, p. 44-45).

A descrição do Mercado do Valongo no Rio de Janeiro do século XIX revela uma faceta fundamental do sistema escravista brasileiro. A estratégia de dominação descrita no texto visava, primordialmente:

A Fomentar a miscigenação étnica para integrar os cativos à cultura luso-brasileira.

B Implementar uma gestão técnica da mão de obra baseada na preservação dos laços afetivos.

C Consolidar o processo de desumanização (coisificação) do indivíduo para viabilizar sua exploração econômica.

D Estimular a produtividade agrícola por meio de incentivos psicológicos e familiares aos escravizados.

E Organizar o mercado de trabalho urbano conforme as leis de proteção ao trabalhador, vigentes na Metrópole.



RESUMO TEÓRICO

O conjunto de questões apresentadas permite compreender o Imperialismo e a colonização dos séculos XIX e início do XX como processos históricos complexos, marcados pela articulação entre interesses econômicos, projetos políticos e discursos ideológicos que buscavam legitimar a dominação europeia sobre vastas regiões da África e da Ásia. Longe de serem apenas empreendimentos militares, esses processos envolveram a reorganização do espaço, da economia, das culturas e das relações sociais nos territórios colonizados. No auge do Imperialismo, as potências europeias buscavam novos mercados consumidores, fontes de matérias-primas e áreas para investimento de capitais excedentes, especialmente diante do avanço do protecionismo adotado por países industrializados concorrentes, como Alemanha e Estados Unidos. Ao mesmo tempo, essa expansão era justificada por ideologias como a “missão civilizadora”, o “fardo do homem branco” e o darwinismo social, que afirmavam a suposta superioridade cultural, racial e moral da Europa. Esses discursos transformavam a dominação econômica e política em uma obrigação moral, naturalizando a violência colonial.

A organização do espaço colonial refletia diretamente essa lógica. Ferrovias, portos, telégrafos e estradas não tinham como objetivo integrar os territórios colonizados ou promover o desenvolvimento interno, mas sim facilitar o escoamento de matérias-primas para as metrópoles e o controle administrativo e militar das colônias. Dessa forma, consolidou-se uma Divisão Internacional do Trabalho profundamente desigual, na qual as colônias foram especializadas na produção primária e mantidas em condição de dependência econômica.

A Conferência de Berlim (1884–1885) exemplifica o caráter arbitrário e violento do neocolonialismo. Ao estabelecer regras

para a partilha da África sem qualquer consulta às populações locais, as potências europeias impuseram fronteiras artificiais que desconsideraram etnias, línguas e organizações políticas preexistentes. Essa reorganização forçada do espaço africano gerou tensões e conflitos que, em muitos casos, persistem até os dias atuais, demonstrando como as decisões imperialistas tiveram impactos duradouros. As fontes visuais do período, como caricaturas e charges, também revelam aspectos centrais do imperialismo. Projetos como o “Cabo ao Cairo”, simbolizado na figura de Cecil Rhodes, expressam a fusão entre capital privado, Estado e infraestrutura, evidenciando que a tecnologia era utilizada como instrumento de dominação e exploração. Da mesma forma, a publicidade de produtos europeus, como o sabão, incorporava ideias racistas e civilizatórias, associando o consumo de mercadorias industriais à noção de progresso, limpeza e superioridade cultural, fenômeno conhecido como “racismo de mercadoria”.

Por fim, os efeitos da colonização sobre as sociedades colonizadas foram profundamente destrutivos. A imposição de economias voltadas para o exterior, a dissolução de estruturas tradicionais de produção e propriedade, o trabalho forçado e a cobrança de impostos desestruturaram modos de vida ancestrais, provocando empobrecimento, fome e exclusão social. Como mostram os exemplos da Índia, do Congo e da Argélia, a colonização não substituiu essas estruturas por sistemas capazes de garantir melhores condições de vida, mas aprofundou desigualdades e dependências. Refletir sobre essas questões permite ao aluno compreender que o Imperialismo não foi um processo neutro ou benéfico, mas um fenômeno histórico marcado por exploração, violência e construção de estigmas culturais que ainda influenciam as relações internacionais e as desigualdades globais contemporâneas. Esse

TEXTO CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA ►

olhar crítico é fundamental para questionar narrativas eurocêntricas e reconhecer as múltiplas experiências e resistências dos povos colonizados.



Aprofundamento das Aprendizagens

Q.1

TEXTO I “De fato, o principal arquiteto francês do colonialismo e do expansionismo imperial, o socialista Jules Ferry, justificava economicamente a expansão do seu país pela necessidade de mercados, já que Alemanha e Estados Unidos se fechavam no protecionismo. Politicamente, ele a legitimava pela missão civilizadora [...]. Havia também, para os grandes países europeus, o prestígio político e o orgulho patriótico vinculados ao fato de possuir possessões ultramarinas.”

(ALMEIDA, P. R. *Os imperialismos europeus e o impacto econômico das guerras globais do século XX. Rev. Bra. Est. Def.*, 2015).

TEXTO II “No terreno das ideias, a certeza da missão civilizadora imperial era aceita por todos os líderes políticos dos países avançados, comprometidos em levar as concepções europeias aos lugares mais distantes da África e da Ásia, assumindo assim o ‘fardo do Homem Branco’, tal como expresso numa fórmula conhecida do famoso poeta inglês Rudyard Kipling.”

(ALMEIDA, P. R. *Os imperialismos europeus e o impacto econômico das guerras globais do século XX. Rev. Bra. Est. Def.*, 2015).

No final do século XIX, a “disputa pela África” e a expansão na Ásia marcaram o auge do Imperialismo. A leitura dos textos revela que a projeção de poder das nações europeias nesse período não se baseou apenas na força militar, mas articulou interesses econômicos e discursos ideológicos. Essa articulação é caracterizada pela:

A

Promoção do livre-comércio irrestrito entre todas as nações, abandonando as barreiras alfandegárias para permitir o desenvolvimento autônomo das colônias africanas.

B

Concentração dos esforços coloniais na América Latina, visto que a África e a Ásia já possuíam Estados nacionais consolidados e economias industrializadas que repeliram a invasão europeia.

C

Combinação entre a busca por mercados consumidores protegidos — em resposta ao protecionismo de rivais industriais — e a legitimação da dominação através da crença na superioridade cultural e civilizatória europeia.

D

Desmilitarização das potências europeias, que preferiram resolver a partilha dos territórios ultramarinos exclusivamente através de acordos diplomáticos pacíficos, sem o uso de “diplomacia das canhoneiras”.

E

Rejeição do conceito de “prestígio nacional”, uma vez que as colônias eram vistas pelos governos europeus apenas como fardos financeiros desnecessários, sem valor simbólico para o orgulho patriótico.

Q.2

“Esse foi o momento em que o mundo se tornou uma unidade única. [...] Mas era fundamentalmente um mundo dividido. A economia mundial do século XIX consistia em duas partes: uma parte ‘desenvolvida’, industrializada e dominante, e uma parte ‘subdesenvolvida’, agrícola e dependente. A função das colônias era complementar a economia das metrópoles: fornecer matérias-primas baratas e consumir produtos industrializados. [...] As ferrovias e os portos construídos na periferia não serviam para integrar o país, mas para drenar suas riquezas para fora.”

(HOBBSAWM, Eric. A Era dos Impérios: 1875-1914. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011, p. 56-59. Adaptado).

Eric Hobsbawm descreve a configuração espacial e econômica do mundo imperialista. Assinale a alternativa que caracteriza corretamente a organização do espaço colonial no século XIX.

A

A infraestrutura construída pelos europeus nas colônias (ferrovias e telégrafos) tinha como objetivo principal integrar as diversas tribos e regiões locais, promovendo a unidade nacional e o desenvolvimento interno autônomo dos povos colonizados.

B

A Divisão Internacional do Trabalho estabelecida pelo imperialismo permitiu que as colônias se industrializassem rapidamente, competindo de igual para igual com as metrópoles na produção de bens de alta tecnologia.

C

A dinâmica das mercadorias baseava-se em um fluxo desigual: as colônias eram especializadas na extração de produtos primários (borracha, minérios, algodão) que eram transportados por ferrovias voltadas para os portos exportadores, consolidando uma economia de dependência externa.

D

O texto afirma que a divisão entre “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos” foi superada no final do século XIX, quando as potências europeias transferiram gratuitamente suas fábricas para a Ásia e a África.

E

Amobilidade de pessoas e mercadorias no período imperialista foi restrita ao continente europeu, pois o comércio ultramarino era considerado perigoso e pouco lucrativo pelas elites burguesas.

Q.3

“A Conferência de Berlim (1884-1885) não partilhou a África; ela apenas estabeleceu as regras para essa partilha. [...] O mapa da África foi desenhado nos gabinetes europeus, com régua e compasso, ignorando completamente a geografia humana e política do continente. Etnias foram divididas, nações rivais foram forçadas a viver juntas. Essas fronteiras artificiais, traçadas para atender à lógica de equilíbrio de poder entre as potências europeias, tornaram-se ‘camisas de força’ que aprisionaram os povos africanos e geraram conflitos que perduram até hoje.”

(KI-ZERBO, Joseph. História da África Negra. 3. ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1999, p. 32-35. Adaptado).

A Conferência de Berlim é o evento político central do neocolonialismo na África. Assinale a alternativa que descreve corretamente as consequências espaciais e demográficas desse evento.

A

A demarcação de fronteiras na África respeitou rigorosamente as divisões linguísticas e culturais pré-existentes, garantindo que cada grupo étnico tivesse seu próprio Estado-Nação soberano.

B As fronteiras artificiais criadas pelo imperialismo reorganizaram o espaço africano de acordo com os interesses geopolíticos europeus, desestruturando sociedades locais ao separar grupos pertencentes à mesma etnia ou unir grupos historicamente rivais sob uma mesma administração colonial.

C A Conferência de Berlim determinou que a ocupação do território africano só poderia ocorrer mediante referendos populares, nos quais as populações locais votavam se aceitavam ou não a presença europeia.

D A fixação de fronteiras rígidas na África facilitou a livre circulação de pessoas e mercadorias entre as colônias, criando uma zona de livre comércio continental semelhante à União Europeia atual.

E O texto defende que a “régua e o compasso” foram usados apenas para planejar ferrovias, sem interferir na organização política ou nos limites territoriais dos reinos africanos.

Q.4



A caricatura acima, publicada na revista britânica *Punch* em 1892, retrata o magnata e político Cecil Rhodes como um gigante sobre o continente africano, segurando uma linha de telégrafo que conecta a Cidade do Cabo (África do Sul) ao Cairo (Egito). Considerando a imagem, assinale a alternativa que interpreta corretamente o projeto imperialista britânico representado:

A A imagem critica a megalomania de Cecil Rhodes, sugerindo que seu projeto de conectar a África visava apenas a promoção do turismo de aventura, sem qualquer intenção de exploração econômica ou domínio territorial.

B A representação do “Colosso” simboliza o projeto geopolítico britânico de criar um corredor contínuo de dominação norte-sul na África (“do Cabo ao Cairo”), onde a construção de ferrovias e telégrafos serviria para agilizar o fluxo de mercadorias, tropas e capital, consolidando a hegemonia inglesa no continente.

C

O fio de telégrafo nas mãos de Rhodes indica que o Imperialismo do século XIX foi marcado pela transferência gratuita de tecnologia de comunicação para os povos africanos, com o objetivo de promover a integração democrática entre as diversas etnias do continente.

D

A postura de Rhodes demonstra o respeito europeu pelas fronteiras naturais e políticas dos reinos africanos, uma vez que seus pés evitam pisar nas áreas produtivas, indicando uma política de não-intervenção nos assuntos locais.

E

Plantação de gêneros trazidos pelos europeus”.

Q.5



A charge faz apologia ao poema de Kipling mostrando um britânico carregando seu fardo. Nos personagens, está escrito: Zulu, China, Egito e Índia. As pedras no caminho do britânico trazem escrito: brutalidade, escravidão, ignorância, canibalismo, crueldade. Charge, Estados Unidos, 1899.

Relacionando a fonte visual com as dinâmicas culturais e de mercadorias, assinale a alternativa que explica como o consumo de produtos europeus era justificado ideologicamente:

A

A propaganda demonstra que o comércio imperialista era baseado na troca justa de saberes, onde os europeus aprendiam técnicas de higiene com os povos nativos e, em troca, ofereciam produtos manufaturados.

B

A imagem reflete o “Darwinismo Social”, sugerindo que a “civilização” era um estágio biológico superior que poderia ser alcançado através do consumo de mercadorias europeias. O ato de limpar/lavar simboliza, metaforicamente, a “purificação” da cultura nativa considerada “suja” ou “bárbara” pelo colonizador.

C

O anúncio comprova que as empresas europeias do século XIX não tinham preconceitos raciais, pois utilizavam imagens de diversos povos em suas propagandas apenas para celebrar a diversidade cultural do Império Britânico.

D

A referência ao “Fardo do Homem Branco” na publicidade é uma crítica irônica da empresa de sabão ao colonialismo, denunciando o trabalho exaustivo e injusto que os militares brancos eram obrigados a realizar nas colônias.

E

A circulação de sabão nas colônias tinha como único objetivo combater epidemias locais, sem qualquer relação com a imposição de valores culturais ocidentais ou com a ideia de superioridade racial.

Q.6

A colonização, na medida em que representou a ocidentalização do mundo, destruiu estruturas tradicionais, que muitas vezes não se recompuseram, e nada construiu em seu lugar. Na Índia, o artesanato desapareceu. No Congo, os belgas obrigaram as populações nativas a executar trabalhos forçados e a pagar impostos. Na Argélia, a fim de liberar mão-de-obra, os franceses destruíram a propriedade coletiva do solo e o trabalho comunitário, o que levou muitas pessoas à fome e à indigência.

(ARRUDA, José J. de; PILETTI, Nelson. Toda a história. São Paulo: Ática, 1996, p. 240).

O texto descreve alguns efeitos da colonização europeia em diferentes regiões da África e da Ásia. A partir dele, é correto afirmar que a colonização:

A

promoveu o desenvolvimento econômico equilibrado das sociedades colonizadas, respeitando suas tradições culturais.

B

substituiu as estruturas tradicionais por sistemas modernos que garantiram melhores condições de vida às populações locais.

C

causou a destruição de formas tradicionais de organização social e econômica, sem oferecer alternativas capazes de atender às necessidades das populações colonizadas.

D

contribuiu para a integração harmoniosa entre colonizadores e colonizados, gerando prosperidade coletiva

E

teve impactos limitados às elites locais, não afetando diretamente a vida da maioria da população nativa.



RESUMO TEÓRICO

As questões a seguir abordam diferentes interpretações históricas sobre a Amazônia e sua inserção em processos mais amplos da história mundial, como a colonização europeia, a formação de sociedades coloniais, a construção de imaginários sobre a região e a difusão de valores culturais ligados à modernidade burguesa. Em conjunto, elas permitem compreender a Amazônia não como um espaço isolado ou vazio, mas como uma região profundamente conectada às dinâmicas econômicas, sociais e culturais globais desde o início da colonização. A partir do século XVII, a Amazônia foi integrada à economia-mundo por meio da exploração das chamadas “drogas do sertão”, do cultivo de gêneros agrícolas e da implantação do sistema de sesmarias e engenhos. Esse processo não ocorreu em um território desabitado, mas em áreas ocupadas por inúmeros povos indígenas, que foram violentamente incorporados à ordem colonial, sobretudo por meio do aprisionamento ilegal e do trabalho compulsório. A economia amazônica colonial, portanto, combinou extrativismo e agricultura, sustentada fundamentalmente pela exploração da mão de obra indígena, revelando o caráter predatório e desigual da colonização portuguesa.

Ao mesmo tempo, a pressão colonial provocou intensos deslocamentos populacionais e rearranjos territoriais. Povos indígenas, remanescentes de antigas migrações, e africanos escravizados fugitivos formaram quilombos e novas comunidades, dando origem a uma Amazônia marcada pela diversidade étnica e linguística. Longe de uma organização homogênea ou centralizada, essas populações construíram modos de vida baseados na sobrevivência, na adaptação ao ambiente e na autonomia relativa de aldeias e comunidades, configurando um verdadeiro mosaico social e cultural. Outro aspecto fundamental para a compreensão da história

amazônica é o papel do imaginário europeu. Os cronistas e viajantes do século XVI e posteriores interpretaram a região a partir de seus próprios referenciais culturais, religiosos e simbólicos. Ao projetarem mitos, imagens bíblicas e concepções europeias sobre o território, contribuíram para a construção de representações fantasiosas e estereotipadas da Amazônia, frequentemente associadas ao exotismo, ao desconhecido e ao “selvagem”. Essas narrativas tiveram grande impacto na forma como a região passou a ser vista e tratada ao longo do tempo.

Paradoxalmente, apesar da violência da conquista, o conhecimento indígena foi essencial para o sucesso da colonização. Técnicas de agricultura, pesca, caça, uso e conservação de alimentos, além da fabricação de utensílios e meios de transporte, foram fundamentais para a sobrevivência de colonos e missionários em um ambiente desconhecido para os europeus. Esse protagonismo indígena, muitas vezes silenciado pela historiografia tradicional, evidencia que a colonização não foi apenas um processo de imposição, mas também de apropriação de saberes locais. Por fim, ao relacionar essas discussões com o contexto da Belle Époque, percebe-se como visões eurocêntricas de progresso, civilização e modernidade influenciaram a interpretação da Amazônia, reforçando a ideia de atraso, vazio demográfico e ausência de cultura. Essas representações desconsideraram a complexidade histórica, social e cultural da região, legitimando práticas de exploração e marginalização. Refletir criticamente sobre essas narrativas permite questionar estigmas persistentes e reconhecer a Amazônia como um espaço historicamente construído, diverso e dinâmico, cuja trajetória é inseparável das populações que a habitam e das relações globais que a atravessam.



Aprofundamento das Aprendizagens

Q.1

A partir de 1616, entraram, nas rotas do Império Português, as “drogas” do Maranhão: o açúcar produzido nos engenhos dos rios Moju, Acará e Itapicuru; o cacau bravo colhido nos sertões em expedições que traziam, além dos gêneros, indígenas aprisionados ilegalmente e que se tornariam a mão de obra essencial; o cacau manso plantado nas fazendas; o café; o arroz nativo e depois o carolino; os couros dos bois; as madeiras e óleos essenciais da floresta. A Amazônia adentrou na economia-mundo. Essas terras já eram habitadas por indígenas que foram englobados pela nova realidade; passando à colonial e híbrida. Viveram entre o pão e a farinha, entre as sesmarias e as rotas transatlânticas, entre o vinho e a aguardente, entre o extrativismo das drogas e o cultivo das terras, entre o engenho e as câmaras, entre a cidade e as fazendas, entre o sertão e o litoral.

(LIMA, João Antônio Fonseca Lacerda; SANTOS, Marília Cunha Imbiriba dos. Sesmarias e sesmeiros: a distribuição e o beneficiamento de terras na Amazônia colonial. Fronteiras: Revista de História, Dourados, v. 24, n. 44, 2022, p. 106).

Segundo o fragmento, como se caracterizava a base da produção econômica na região Amazônica no período da colonização e qual foi a principal consequência para as populações indígenas?

A

A economia era sustentada exclusivamente pelo plantio de café e arroz carolino, o que permitiu uma convivência pacífica e voluntária dos indígenas nas fazendas coloniais.

B

A base econômica consistia no extrativismo das “drogas do sertão” e no cultivo de gêneros como açúcar e cacau, dependendo essencialmente da mão de obra indígena ilegalmente aprisionada em expedições aos sertões.

C

A produção nos engenhos dos rios Moju e Acará utilizava exclusivamente mão de obra assalariada vinda de Portugal, o que evitou o deslocamento e o englobamento dos indígenas pela realidade colonial.

D

O comércio amazônico limitava-se à exportação de couros de bois e óleos essenciais, atividades realizadas de forma autônoma pelos indígenas sem interferência das rotas do Império Português.

E

A Amazônia permaneceu isolada da economia transatlântica até o século XIX, mantendo as terras habitadas por indígenas totalmente preservadas do sistema de sesmarias e engenhos.

Q.2

Ao longo dos rios e em torno de suas cabeceiras, populações que ali nasceram, juntamente com os remanescentes das migrações para o interior tinham composto outras nações, agora baseadas em novos territórios. Escravos africanos fugidos dos empreendimentos coloniais haviam também formado seus quilombos nas cachoeiras, acrescentando novas cores ao mosaico de povos da floresta que, por pressão do colonizador, tiveram eles mesmos que colonizar novas terras, expulsando, incorporando ou sendo incorporados pelos antigos moradores. Uma Amazônia de populações multiétnicas e multilinguísticas, vivendo em aldeias semi-autônomas um modo de vida predominantemente de sobrevivência se descortinou aos olhares curiosos dos primeiros viajantes e etnógrafos.

(SCHAAN, Denise Pahl. *A Amazônia em 1491. Especiaria. Cadernos de Ciências Humanas*, vols. 11/12, 2008- 2009, p. 56).

No trecho acima, a arqueóloga Denise Pahl Schaan, ao analisar a formação da população na Amazônia, a define como “multiétnica e multilinguística”, o que pode ser caracterizado como:

A

Um processo de isolamento geográfico absoluto, onde as populações indígenas e quilombolas evitavam qualquer tipo de contato, preservando suas línguas e costumes originais sem alterações ao longo dos séculos.

B

O resultado de uma dinâmica histórica complexa, marcada por deslocamentos forçados, fugas e rearranjos territoriais, onde grupos indígenas remanescentes e africanos escravizados criaram novas formas de organização social e ocupação da floresta.

C

Uma organização política centralizada e governada por um único império indígena que dominava toda a bacia amazônica, facilitando a comunicação entre as diferentes etnias através de uma língua oficial imposta pelo colonizador.

D

O desaparecimento total das identidades culturais originárias após o primeiro contato com os europeus, resultando em uma população homogênea que adotou integralmente o modo de vida e a língua portuguesa para garantir a sobrevivência.

E

Uma formação populacional composta exclusivamente por viajantes e etnógrafos europeus, que foram os únicos responsáveis por nomear e organizar as aldeias de sobrevivência encontradas nas cabeceiras dos rios.

Q.3

“A partir de conceitos, juízos, símbolos, mitos e valores de sua civilização, os conquistadores, através de suas narrativas – escritas e orais –, transmitiram aos leitores e ouvintes determinadas imagens mentais, que tornavam menos estranhas as novidades dos territórios desbravados. Muitas vezes, essas imagens mentais eram transformadas em imagens formais, isto é, em gravuras, feitas por especialistas que ilustravam folhetins, livros e mapas [...] A região amazônica foi tocada pela primeira vez por europeus em fevereiro de 1500. Comandava a expedição o espanhol Vicente Yáñez Pinzón, cujas caravelas singraram vinte léguas do futuro rio Amazonas. Tal qual um Adão geógrafo, Pinzón – eivado de religiosidade cristã e admiração ante o fenômeno observado – estabeleceu uma curiosa analogia entre a ‘doçura’ da Virgem Maria e o volume das águas doces que avançava no mar, batizando o rio com o nome de *Santa Maria de la Mar Dulce*”.

(UGARTE, Auxiliomar. *Margens míticas: A Amazônia no Imaginário Europeu do século XVI*. In: GOMES, Flávio dos Santos; DEL PRIORE, Mary. *Os senhores dos rios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 4-5.*)

No trecho acima, o historiador amazonense Auxiliomar Ugarte explica o conjunto de narrativas dos cronistas europeus sobre a Amazônia ao longo do séc. XVI. Para esse autor, é correto afirmar que:

A

Os cronistas em suas narrativas faziam uso de uma notável alteridade, se esforçando em entender a dinâmica do que narravam sem nenhum preconceito.

B

Os cronistas projetavam para o território amazônico realidades que já conheciam, permeando suas narrativas de imagens bíblicas e fantásticas.

C

Os cronistas utilizavam como base para suas narrativas apenas aquilo que ouviam das populações locais.

D

Os primeiros europeus a chegarem no território amazônico foram os portugueses.

E

Nenhuma das alternativas acima.

Q.4

“As formas de abastecimento, montadas pelos missionários na colônia do Norte, foram elaboradas a partir do conhecimento que os indígenas possuíam em relação aos espaços onde se encontravam os gêneros e sua forma de extração. Foram também os indígenas, os responsáveis pela transmissão das práticas de agricultura, pesca, caça, de conhecimentos sobre utilização e conservação de gêneros e ainda da fabricação de cestos, cordas, redes e canoas aos colonos e religiosos do Norte”.

(RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. *A teia de relações entre índios e missionários a complementaridade vital entre o abastecimento e o extrativismo na dinâmica econômica da Amazônia Colonial. Varia Historia*, vol. 29, nº 50, 2013, p. 395.)

Segundo as autoras, o conhecimento indígena é fundamental para o êxito da conquista europeia na Amazônia, notadamente na transmissão de saberes relacionados a:

- A Técnicas de navegação de longo curso.
- B Meios de subsistência na região.
- C Construção de cidades nas margens dos rios.
- D Uso de vestimentas locais.
- E teve impactos limitados às elites locais, não afetando diretamente a vida da maioria da população nativa.

Q.5

A *Belle Époque* implica reconhecer linguagens, gostos, atitudes, estéticas, sociabilidades que, construídos em escalas diferenciadas nos espaços hegemônicos da cultura burguesa, reproduziram-se, em escala planetária, também na condição das formas de ser e de agir em tempos que abrigavam o proclamado triunfo do Progresso e da sua homologia, a Civilização.

(COELHO, Geraldo Mártires. “Na Belém da Belle Époque da borracha (1890-1910): dirigindo os olhares”. In: *Escritos - Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa*, ano 5, número 5, 2011, p. 141.)

A partir dessa análise, é correto afirmar que a *Belle Époque*:

- A representou um período de igualdade social, no qual os benefícios do progresso alcançaram todas as camadas da população.
- B expressou a valorização do progresso e da civilização, difundindo padrões culturais europeus que influenciaram diferentes sociedades ao redor do mundo.
- C rejeitou as ideias de modernidade e progresso, priorizando tradições populares e rurais.
- D limitou-se exclusivamente aos países europeus, sem impacto cultural em outras regiões do planeta
- E foi caracterizada pela crítica intensa à cultura burguesa e à noção de civilização.

Q.6

Sabe-se que em comum essas visões sobre a Amazônia ratificaram a ideia de uma natureza que se sobrepõe à atividade humana, ou seja, a ideia de grande vazio demográfico, região sem cultura, sem civilização. Quando muito, algumas expressões culturais e fenômenos socioeconômicos regionais foram apreciados para se enfatizar o estigma de selvagem, bárbaro, atrasado, associado ao lugar.

(LIMA, Carla Oliveira de. Historiografia social da Amazônia e história ambiental: um breve balanço. Revista do LHISTE-Laboratório de Ensino de História e Educação, v. 4, n. 6, 2017, p. 91).

O texto apresenta uma visão recorrente sobre a Amazônia construída ao longo do tempo. A partir dessa perspectiva, é correto afirmar que essas interpretações:

- A reconheceram a Amazônia como uma região densamente povoada, marcada por grande diversidade cultural e histórica.
- B valorizaram as sociedades amazônicas como modelos avançados de civilização e desenvolvimento social.
- C reforçaram estereótipos ao apresentar a Amazônia como um espaço vazio, dominado pela natureza e desprovido de cultura e ação humana significativa.
- D destacaram a integração equilibrada entre natureza e sociedade, enfatizando o protagonismo das populações locais
- E romperam com visões preconceituosas, promovendo uma análise crítica e científica da realidade amazônica.

Referências

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru, SP: UduSC, 2007.
- ALMEIDA, P. R. Os imperialismos europeus e o impacto econômico das guerras globais do século XX. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, [S.l.], 2015.
- ARRUDA, José J. de; PILETTI, Nelson. *Toda a história*. São Paulo: Ática, 1996.
- BARROS, J. D. Fontes históricas: uma introdução aos seus usos historiográficos. In: *ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ANPUH-RJ – HISTÓRIA E PARCERIAS*, 2019, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 2019.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- COELHO, Geraldo Mártires. Na Belém da belle époque da borracha (1890-1910): dirigindo os olhares. *Escritos - Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa*, ano 5, n. 5, p. 141, 2011.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 3. ed. Lisboa: Presença, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FUNARI, Pedro Paulo. *Brasil: pré-história e história*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- FURET, François. *Pensando a revolução francesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GOUGES, Olympe de. *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*. Portal UFMS. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/414/2018/10/DeclaraDirMulherCidada1791RecDidaPESSOALJNETO.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2025.
- HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. 3. ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1999.
- KIRSCHNER, T. C. *Itinerários de um ilustrado luso-brasileiro*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2009.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- LIMA, Carla Oliveira de. *Historiografia social da Amazônia e história ambiental: um breve balanço*. *Revista do LHIESTE-Laboratório de Ensino de História e Educação*, v. 4, n. 6, p. 91, 2017.
- LIMA, João Antônio Fonseca Lacerda; SANTOS, Marília Cunha Imbiriba dos. *Sesmarias e sesmeiros: a distribuição e o beneficiamento de terras na Amazônia colonial*. *Fronteiras: Revista de História, Dourados*, v. 24, n. 44, p. 106, 2022.
- MARX, Karl. *O Capital, Livro 1*. São Paulo: Boitempo, 2024.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Tradução de Sebastião Nascimento. Lisboa: Antígona, 2014.
- OLIVEIRA, Matusalém Alves; SALES, Matheus Gleydson do Nascimento (Org.). *Diálogos sobre pré-história [recurso eletrônico]: mente, cultura e sociedade*. 1. ed. Campina Grande: Editora Antropus, 2022.

ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade: a França no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PINSKY, Jaime. *A escravidão no Brasil*. 21. ed. 6. reimpr. São Paulo: Contexto, 2022.

PINSKY, Jaime. Introdução. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da Cidadania*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte de escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. A teia de relações entre índios e missionários a complementaridade vital entre o abastecimento e o extrativismo na dinâmica econômica da Amazônia Colonial. *Varia Historia*, v. 29, n. 50, p. 395, 2013.

REIS, José Carlos. *História & Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROTAS da escravidão. Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/rotas-da-escravidao/>. Acesso em: 07 abr. 2024.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHAAN, Denise Pahl. A Amazônia em 1491. *Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas*, v. 11/12, p. 56, 2008-2009.

UGARTE, Auxiliomar. Margens míticas: A Amazônia no Imaginário Europeu do século XVI. In: GOMES, Flávio dos Santos; DEL PRIORE, Mary. *Os senhores dos rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

WOLFF, F. Quem é bárbaro? In: NOVAES, A. (org.). *Civilização e barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.



SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO



GOVERNO DO
PARÁ

3ª SÉRIE
do Ensino
Médio